

**Criador:** Gago, Maria do Mar

**Relação:**

Instituto de História  
Contemporânea, Faculdade de  
Ciências Sociais e Humanas da  
Universidade NOVA de Lisboa /  
IN2PAST — Laboratório Associado  
para a Investigação e Inovação  
em Património, Artes,  
Sustentabilidade e Território

**Data de**

**Publicação:** 21-01-2025

**Etiquetas:**

Angola, floresta tropical,  
mercadoria, plantação, trabalho  
forçado

**Citação:**

Gago, Maria do Mar, “Café,”  
*Connecting Portuguese History*,

## Café



Transporte da cereja para o terreiro (Junta de Exportação do Café Colonial), Colecção de Iconografia da Biblioteca Nacional, Álbum de provas fotográficas por Castro Ferreira, Aspectos de Actividades Particulares, [c. 1952], cota EA 80 V, fl. 54.

## Resumo

Presença assídua nas manhãs de muitos de nós, o café e a sua economia global têm uma história de que o império português participou, com destaque para Angola, que se tornou um dos maiores produtores mundiais do produto.

## Descrição

“Há um mundo de história na tua chávena.” É com esta imagem que os historiadores William Clarence-Smith e Steven Topik (2003: 1) abrem o seu livro *The Global Coffee Economy in Africa, Asia, and Latin America, 1500–1989*. O volume colectivo é uma resposta à viragem global na historiografia e tem como base um conjunto de estudos que cobre diferentes cronologias e geografias. Angolanão está entre os casos estudados; é, porém, referida com relativa frequência nos capítulos de análise transversal, ou não fosse um dos editores do livro especialista na última fase do império colonial português (veja-se Clarence-Smith 1985). Num anexo dedicado a dados estatísticos, Angola é também destacada como tendo sido, em 1870, o primeiro território em África a exportar café (Samper e Radin 2003: 440). A pergunta impõe-se: como foi possível que um século depois esta colónia portuguesa se tivesse tornado o quarto produtor mundial café? Relacionando os autores que directa ou indirectamente procuraram responder a esta pergunta, apresentando-os (sempre que possível) segundo uma ordem que é simultaneamente cronológica e historiográfica, reflecte-se aqui sobre o lugar do colonialismo português no “mundo de história” que faz as nossas manhãs.

Antes de tudo, é importante notar que, quando lemos sobre a história do café em geral, é muito elevada a probabilidade de estarmos a ler sobre o café

arábica (*Coffea arabica*). Tem sido este o tipo de café que mais atenção tem suscitado, tanto de historiadores quanto de curiosos. É este café que por volta do século XV está a ser cultivado na região do lémen, a partir de plantas recolhidas nas florestas montanhosas da Etiópia. É também a partir deste café que os árabes inventam a bebida que se torna um dos mais importantes fenómenos culturais do império otomano, e depois da Europa. Finalmente, é este café que no século XVII, acompanhando a expansão do imperialismo europeu, começa a ser cultivado noutros continentes, nomeadamente na América do Sul e no Sudoeste asiático. Ora, a história que se segue não é a do café arábica, mas do robusta (*Coffea canephora*), uma espécie originária das florestas tropicais e montanhosas do Norte de Angola, que devido ao seu sabor amargo e aos níveis elevados de cafeína permaneceu até muito tarde fora do radar dos mercados. Foi este o café responsável por fazer de Angola um dos maiores produtores do mundo.

Em Angola, as primeiras fazendas de café surgem no início da década de 1830, nas regiões montanhosas de Golungo, Zenza, Dembos e Cazengo, no Cuanza Norte (a leste de Luanda e a Norte do rio Cuanza). Tal processo é indissociável dos movimentos abolicionistas e do recentramento do império português no continente africano: com a independência brasileira, em 1822, Portugal virava-se para Angola e Moçambique, vendo nessas colónias uma solução de continuidade para as economias de plantação que tanta riqueza tinham produzido nas Américas (Alexandre 2000). Três plantas foram escolhidas para liderar este processo de transição agrária: o açúcar, o algodão e o café (veja-se Freudenthal 2005).

No caso do café, a iniciativa de estabelecer as primeiras fazendas parte de colonos portugueses “com experiência no Brasil” e “membros de conhecidas famílias mestiças de Luanda” (Dias 1998: 452). Numa primeira fase, estes primeiros plantadores tentam reproduzir o modelo brasileiro, destruindo a floresta virgem e plantando café arábica em terrenos desbastados, à torreira do sol. No entanto, ao ver que estas tentativas falhavam, começam a fazer experiências com o “café silvestre” que crescia espontaneamente nas florestas tropicais e montanhosas do norte de Angola (Birmingham 1978; Dias 1998; Freudenthal 2005). Desenvolvem, então, um sistema agroflorestal que consiste em plantar esse café – o robusta – nas mesmas florestas onde já antes ele crescia espontaneamente. Uma década mais tarde, em 1840, os chefes africanos (ou sobas) seguíam o exemplo dos europeus e da elite crioula, e estabeleciam as suas próprias fazendas. Recorde-se que nesta altura a fraca presença militar e administrativa dos portugueses contrastava com a forte actividade económica dos Mbundu, o povo africano que dominava a região (Dias 1986).

Em termos laborais, todas estas fazendas de café – europeias, crioulas e africanas – eram inspiradas no sistema americano, i.e., inteiramente dependentes de trabalho escravo e adoptando esquemas de divisão do trabalho similares àqueles usados nas fazendas brasileiras (Birmingham 1978). Estavam, portanto, assentes num modelo de plantação relativamente atípico: se por um lado dependiam inteiramente de mão de obra escrava, por outro tinham por base um sistema agroflorestal, o que significava que, quando comparadas com as outras culturas de plantação na colónia (o açúcar e o algodão), não só eram ambientalmente pouco intrusivas, como relativamente baratas em termos de capital inicial (Dias 1998: 452-453).

Esta situação de equilíbrio relativo entre as principais elites locais (europeia, crioula e africana) altera-se radicalmente no último quartel do século XIX. À medida que a pressão colonial portuguesa se intensifica, as famílias crioulas e os sobas começam a perder as suas fazendas: no final do século, já estavam praticamente todas nas mãos de europeus. Nestas fazendas, os escravos haviam sido substituídos pelos “contratados,” trabalhadores africanos recrutados coercivamente (a maioria no Sul de Angola) e obrigados a trabalhar para os europeus em condições desumanas, ao abrigo das políticas de trabalho forçado. Por outro lado, e à medida que os fazendeiros europeus iam usurpando as terras dos sobas e da elite crioula, um conjunto de agricultores africanos afirmava-se nesta cultura. Sabemos pouco sobre estes pequenos produtores africanos, também referidos como a “elite camponesa do café”; vemo-los mencionados na literatura, mas quase sempre como tema lateral (vejam-se, por exemplo, Bender 1978: 185 e Keese 2012: 190). Sabemos, contudo, que na viragem para o século XX, a produção de café em Angola tinha uma nova composição: de um lado, fazendas europeias inteiramente dependentes de mão de obra africana e das práticas de trabalho forçado; do outro, pequenas parcelas de terreno cultivadas por estes produtores africanos locais, conhecidas na historiografia por “lavras”.

Na primeira metade do século, a produção de café foi progressivamente aumentando, mas ainda assim sem ultrapassar o volume de outras culturas agrícolas. É somente após a segunda guerra mundial que Angola se torna uma “economia do café” e se afirma no contexto africano enquanto colónia produtora (Wheeler e Pélissier 2011: 203). Entre 1946 e 1960, a produção quadruplica, e Angola alcança sucessivas vezes o primeiro lugar no ranking de produtores africanos, posição que disputa com o Uganda e com o Congo Belga (Samper e Radin 2003: 411-62). A produção divide-se então em três grandes áreas geográficas: Cuanza Norte, onde metade é de produção europeia e a outra metade de produção indígena; Cuanza Sul, maioritariamente de produção europeia; e Uíge maioritariamente de

produção indígena. No total, um quarto da produção era proveniente de pequenos produtores africanos, contra três quartos originária de fazendas europeias. Recorde-se, a este respeito, que nos finais da década de 1950, em África, a maior parte da produção de café estava nas mãos de pequenos produtores locais (era assim na Etiópia, na Costa do Marfim, nos Camarões, no Congo-Brazzaville, no Uganda e na Tanganica). Somente em Angola, no Quênia e no Congo Belga a produção continuava concentrada nas fazendas europeias (Krug 1959: 64).

A produção de café angolano era quase inteiramente destinada à exportação. Ao contrário do que se passava com França ou Grã-Bretanha, cujos impérios tinham dimensão capaz de sustentar um mercado interno pujante, no caso português essa nunca foi considerada uma solução viável. Durante os anos que se seguiram ao término da segunda guerra mundial, a maior parte da produção tinha como destino a Holanda. A partir de 1952, passam a ser os Estados Unidos, circunstância que se mantém até ao fim do império colonial português. Em 1973, de um total de 120 mil toneladas de café exportado, 192 mil toneladas tinham como destino os EUA (ver o *Anuário Estatístico de Angola*).

No início dos anos 70, Angola ocupa a quarta posição no ranking mundial de produtores de café (Birmingham 1982: 343). Este sucesso é em grande parte explicado pelas práticas de trabalho forçado, que se mantiveram até muito tarde no império colonial português. Após o término da segunda guerra mundial, e num contexto global de descolonização, os impérios britânico, francês e belga implementaram reformas para acabar com os mecanismos legais que enquadram estas práticas. No império colonial português, tal só aconteceu em 1961, e mesmo depois desta data estas práticas continuaram a existir, uma situação que resultou em enormes vantagens competitivas para os fazendeiros e comerciantes do café em Angola (vejam-se Bender 1978; Wheeler 2011; Keese 2012). Uma segunda explicação foi avançada por historiadores ligados aos estudos de mercadorias e dá conta de um segmento de mercado extremamente favorável aos produtores de robusta. Este segmento de mercado foi o do café solúvel (do tipo Nescafé), bebida que no pós-guerra se torna moda nos principais países consumidores. A produção desta bebida pedia um café barato, com um tipo de textura específico, exigências às quais o robusta respondia na perfeição (Topik 2003 e Dongen 1961). Angola foi um dos produtores de café a responder de forma competitiva a este aumento na procura de robusta.

Mais recentemente, uma análise no campo da história da ciência e da tecnologia sugere que o sucesso económico do café de Angola não se deveu

apenas a práticas coercivas no trabalho, oportunidades de mercado e condições ambientais ótimas, mas também ao papel de cientistas ao serviço do Estado, responsáveis por transformar esta cultura agroflorestal, de origens muito diversas, numa mercadoria estável e competitiva (Gago, 2018a). Por um lado, mostra-se como as plantações de robusta beneficiaram de práticas ecológicas (humboldtianas) que permitiram preservar o sistema agroflorestal do qual dependiam (veja-se também Gago 2018b). Por outro, descrevem-se as infraestruturas e os processos que permitiram aos agrónomos da Junta de Exportação do Café (Junta imperial criada em 1940) centralizar as exportações e transformar o café angolano num produto estandardizado; discutindo-se como isto foi feito sem comprometer os privilégios dos grandes interesses capitalistas em Angola. Nesta análise, o café angolano surge como um caso de coprodução entre o império português e os EUA, uma mercadoria que circula das florestas tropicais de Angola para o mercado norte-americano embebida de intensas negociações entre agentes de ambos os lados (veja-se também Gago 2022).

## Referências

*Anuário Estatístico de Angola (1935-1974)*, Repartição Central de Estatística Geral, Luanda: Imprensa Nacional.

Alexandre, Valentim (2000). *Velho Brasil, Novas Áfricas: Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Afrontamento.

Bender, Gerald J. (1978). *Angola Under the Portuguese: The Myth and the Reality*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press.

Birmingham, David (1978). "The Coffee Barons of Cazengo." *The Journal of African History* 19 (4): 523-38.

Birmingham, David (1982). "A Question of Coffee: Black Enterprise in Angola," *Revue Canadienne des Etudes Africaines/Canadian Journal of African Studies* 16 (2): 343-346.

Clarence-Smith, William Gervase (1985). *The Third Portuguese Empire, 1825-1975: A Study in Economic Imperialism*. Manchester: Manchester University Press.

Clarence-Smith, William Gervase & Steven Topik (orgs.) (2003). *The Global Coffee Economy in Africa, Asia, and Latin America, 1500-1989*. Cambridge:

Cambridge University Press.

Dias, Jill R. (1986). "Changing Patterns of Power in the Luanda Hinterland: The Impact of Trade and Colonisation on the Mbundu ca. 1845–1920." *Paideuma* 32: 285–318.

Dias, Jill R. (1998). "Angola." In Valentim Alexandre e Jill R. Dias (orgs.), *O Império Africano 1825-1890*, in Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques, *Nova História da Expansão Portuguesa, Vol. X*, 320–556. Lisboa: Estampa.

Dongen, Irene S. Van (1961). "Coffee Trade, Coffee Regions, and Coffee Ports in Angola." *Economic Geography* 37 (4): 320–46.

Freudenthal, Aida. 2005. *Arimos e Fazendas: A Transição Agrária Em Angola, 1850-1880*. Luanda: Chá de Caxinde.

Gago, Maria [do Mar] (2022). "Moving Coffee from the Forests of Colonial Angola to the Breakfast Tables of Main Street America, 1940–1961." In John Krige (org.), *Knowledge Flows in a Global Age*, 231–52. Chicago: University of Chicago Press.

Gago, Maria do Mar (2018a). "Robusta Empire: Coffee, Scientists and the Making of Colonial Angola (1898-1961)." (Tese de doutoramento). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Gago, Maria do Mar (2018b). "How Green Was Portuguese Colonialism? Agronomists and Coffee in Interwar Angola." In Ana Delicado, Nuno Domingos e Luís de Sousa (orgs.), *Changing Societies: Legacies and Challenges. Vol. III. The Diverse Worlds of Sustainability*, 229-246. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Keese, Alexander (2012). "The Constraints of Late Colonial Reform Policy: Forced Labour Scandals in the Portuguese Congo (Angola) and the Limits of Reform under Authoritarian Colonial Rule, 1955–61." *Portuguese Studies* 28 (2): 186.

Krug, C. A. (1959). "World Coffee Survey. A Draft of a Future FAO Agricultural Study (Restricted)." Roma.

Samper, Mario & Fernando Radin (2003). "Appendix. Historical Statistics of Coffee Production and Trade from 1700 to 1960." In W. G. Clarence-Smith and Steven Topik (orgs.), *The Global Coffee Economy in África, Ásia and Latin America, 1500-1989*, 411–62. Cambridge: Cambridge University Press.

Topik, Steven (2003). "The Integration of the World Coffee Market." In W. G.

Clarence-Smith and Steven Topik (orgs.), *The Global Coffee Economy in Africa, Asia, and Latin America, 1500–1989*, 21–49. Cambridge: Cambridge University Press.

Wheeler, Douglas L. & René Pélissier (2011). *História de Angola*. Lisboa: Tinta da China.